

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1002327-56.2017.8.26.0566**  
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral**  
Requerente: **Valderez Angela Langhi**  
Requerido: **Havan Lojas de Departamentos Ltda**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, *caput*, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

**D E C I D O.**

Trata-se de ação em que a autora almeja à condenação da ré a ressarcir-la pelos danos morais que lhe causou ao negar um crediário que já estava aprovado em virtude de dívida que sua irmã e sua sobrinha tinham para com a mesma.

Salientou que foi exposta a situação humilhante.

A petição inicial dá conta de que a autora foi realizar uma compra junto à ré, tendo o seu crédito aprovado no importe de R\$ 700,00, com a chegada do respectivo cartão para aproximadamente trinta dias.

Dá conta também que quando a autora já havia colocado o produto que desejava no carrinho foi chamada ao Setor de Crediário e que lá soube que não poderia concretizar a compra enquanto sua irmã e sua sobrinha não resolvessem pendência financeira que possuíam com a ré.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

A ré, a seu turno, negou que tivesse imposto à autora qualquer espécie de tratamento vexatório.

Assentadas essas premissas, anoto que inexiste qualquer prova material dos fatos articulados pela autora.

Até mesmo por sua natureza, a prova oral seria de grande relevância, mas a que foi produzida não se me afigura suficiente para lastrear a versão vestibular.

Com efeito, o depoimento de Edmara Silveria Langhi deve ser encarado com natural reserva, seja em decorrência de seu parentesco com a autora (é sua irmã), seja por ter-se envolvido diretamente no evento noticiado (era uma das pessoas que estava em débito com a ré), cumprindo registrar que aforou demanda semelhante à presente com o fito de receber indenização para reparação de danos morais que lhe teriam sido causados na mesma ocasião aqui contemplada.

Ela foi inquirida na forma do art. 447, § 4º, do Código de Processo Civil, ressalvo.

Esse cenário, aliado à ausência de outros que apontassem para direção contrária, conduz à rejeição da postulação exordial.

Isso porque reputo que inexiste base minimamente sólida para levar à ideia de que a autora foi submetida a situação constrangedora por parte da ré.

Era possível a vinda de dados a propósito, máxime porque os fatos se teriam passado na frente de outras pessoas (fl. 02, antepenúltimo parágrafo), mas nada a respeito teve vez.

Significa dizer que a despeito das condições para que o indevido tratamento à autora ficasse delineado isso não se deu, circunscrevendo-se o acervo probatório a um depoimento de sua irmã.

Em consequência, conquanto não se descarte a verificação do panorama traçado pela autora, não extraio dos autos o correspondente respaldo a tanto.

De rigor, assim, a improcedência da ação.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, *caput*, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 28 de setembro de 2017.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
COMARCA de São Carlos  
FORO DE SÃO CARLOS  
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL  
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME  
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**